



ecalma | empresa municipal
de estacionamento
e circulação de almada

Relatório & Contas

2016

10 anos | com lugar na cidade
2004 | 2014



R&C 2016 E_Índice

1_ Relatório do Conselho de Administração	pág 3
2_ Balanço Individual	pág 23
3_ Demonstração Individual de Resultados	pág 25
4_ Demonst. Individual das Alterações nos Capitais Próprios ..	pág 27
5_ Demonstração Individual de Fluxos de Caixa	pág 29
6_ Anexo às Demonstrações Financeiras	pág 31
7_ Parecer do Fiscal Único e Certificação Legal de Contas	pág 49



R&C 2016

1_Relatório do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2016

INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto na Lei 50/2012 de 31 de Agosto e nos Estatutos da Ecalma – Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, vem o Conselho de Administração, submeter à apreciação da Câmara Municipal de Almada, no exercício dos poderes titulares desta, previstos na alínea d) do art.º 24º dos Estatutos, o Relatório do Conselho de Administração, as Contas do Exercício, a proposta de aplicação de resultados e o parecer do Fiscal Único, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

No corrente ano:

- A 4 de Maio, na cidade de Almada, e a 1 de Junho na cidade da Costa de Caparica, implementou-se o sistema de pagamentos no estacionamento tarifado à superfície – PaySimplex – com vantagens para os utentes, na medida em que ‘oferece’ maior comodidade e economia de tempo (dispensa o uso de moedas), mas também para a empresa, por significar uma redução dos gastos inerentes ao serviço de contagem e posterior depósito das moedas, por permitir, a cada momento, a verificação dos montantes arrecadados em cada parquímetro e por disponibilizar, quase que de imediato, os valores em conta bancária;
- Procedeu-se à publicação, na plataforma das compras públicas, de todo o procedimento necessário à aquisição de 15 parquímetros colocados, de Junho a Setembro, na Costa de Caparica e transferidos, no início de Outubro, para a Almada. Desta forma, a empresa ficou mais próximo do objetivo de renovar a totalidade das máquinas melhorando, assim, a qualidade do serviço prestado, por via de uma redução das avarias e dos actos de vandalismo.
- Reforçou-se a equipa dos Agentes de Fiscalização por meio da credenciação, pela ANSR, de trabalhadores que, tendo frequentado uma acção de formação ministrada pela EMEL, no final de 2015, se candidataram, através de um processo de mobilidade interna, à categoria de Agentes de Fiscalização;
- Tomaram-se algumas medidas ao nível dos recursos humanos da empresa, nomeadamente, a reestruturação do BackOffice e do Atendimento ao Público (telefónico e presencial), e a contratação de 7 Agentes de Estacionamento e de 1 Técnico de Informática;
- Investiu-se em equipamento para a fiscalização (PDA's e impressoras);

- Implementou-se, de forma efectiva, o sistema de tratamento dos autos de contra-ordenação permitindo, para além de uma automatização de procedimentos, aproximar o momento da emissão do auto, do momento em que o infractor recebe a notificação para pagamento da coima;
- Publicaram-se, na plataforma das compras públicas, os procedimentos necessários à aquisição de computadores, com o objectivo de se substituírem os que se encontravam obsoletos, e de impressoras multifunções com o intuito de se reduzirem de forma considerável, entre outros, os gastos com consumíveis;
- Publicaram-se, na plataforma das compras públicas, os procedimentos necessários à aquisição de 2 contentores dotados de vestiários e de duchas;
- A empresa antecipou para 15/05 o início do atendimento ao público, na Costa de Caparica, permitindo, assim, que a partir dessa data os residentes pudessem solicitar o seu cartão. Por outro lado, foram distribuídos flyers alertando para o início da fiscalização na Costa de Caparica, a 1 de Junho, e divulgando o sistema de pagamento do estacionamento tarifado à superfície, através de uma aplicação de telemóvel.

De relevar, ainda, neste relatório:

- os problemas internos na ANSR, que tendo conduzido a atrasos na cobrança dos autos, por aquela entidade, significaram uma menor arrecadação de receita para a Ecalma, face à que tinha sido prevista;
- As condições climáticas que se verificaram, no verão passado, com consequências, muito positivas, ao nível da receita obtida nos parques de estacionamento situados nas praias (Rei e Rainha) e na Costa de Caparica, e nos parquímetros;
- O impacto do investimento em parquímetros, iniciado em 2015, no rendimento obtido no estacionamento tarifado à superfície;
- a presença regular dos Agentes de Estacionamento, junto dos parquímetros, sensibilizando e dissuadindo os utentes de prevaricar;
- O crescimento, ao longo do ano em Almada, do nº de estacionamentos à superfície pagos através da aplicação PaySimplex (de Almada);
- O impacto da reestruturação de serviços, acima referida, na melhoria da qualidade dos serviços prestados;
- A continuidade do apoio financeiro, em 2016, do Contrato Programa 2015-2017 celebrado com a CMA no valor de 297.000 euros e que integra,

para além do serviço de mobilidade Flexibus, os parques de estacionamento subterrâneos e a fiscalização dos lugares de residentes.

Durante o ano de 2016, a Ecalma manteve as actividades decorrentes do seu objecto social:

- Gestão de Veículos em Fim de Vida – VFV's
- Gestão de Parques Sazonais das Praias do Rei e da Rainha
- Gestão / Fiscalização do estacionamento na Costa de Caparica (Polis)
- Gestão/Fiscalização do estacionamento à superfície (parquímetros)
- Gestão / Fiscalização do estacionamento reservado a residentes
- Fiscalização do Código da Estrada e legislação complementar – Taxas e Coimas
- Gestão do Flexibus
- Gestão dos Parques Subterrâneos CMA

Em 2016, e de um modo geral, todas as áreas de actividade da empresa registaram um rendimento superior ao orçamentado, em sede de Plano de Actividades e Orçamento.

1. GESTÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA – VFV'S

A remoção destas viaturas da via pública assume uma relevante importância por via das questões ambientais, por um lado, e pelo contributo que a desocupação do espaço público urbano representa na melhoria das condições gerais de estacionamento.

Em 2016 a Ecalma prosseguiu com a retirada, da via pública, de viaturas com sinais de abandono libertando, desta forma, mais lugares de estacionamento. Decorridos os prazos legais, estas viaturas, ou seguiram para abate, sendo vendidas a entidades credenciadas para o efeito, ou foram reclamadas pelos seus proprietários e devolvidas aos mesmos, mediante pagamento das taxas devidas, de remoção e de diária.

Em 2016 o rendimento obtido, nesta área de actividade, ficou aquém do previsto em sede de Plano de Actividades e Orçamento, fundamentalmente, devido à quebra acentuada do valor da tonelada do ferro, comparativamente com o ano de 2015.

O rendimento de 36.269 euros, em 2016, revelou um desvio negativo de, cerca de, 18.731 euros, face ao valor orçamentado.

A taxa de execução orçamental situou-se nos 66%.

O decréscimo de rendimento, face a 2015, situou-se nos 14.037 euros, ou seja, a variação foi negativa em 28%.

2. GESTÃO DE PARQUES SAZONAIS DAS PRAIAS DO REI E RAINHA

As temperaturas, muito elevadas, registadas ao longo de todos os meses de Verão resultaram numa ocupação plena dos parques de estacionamento que servem as

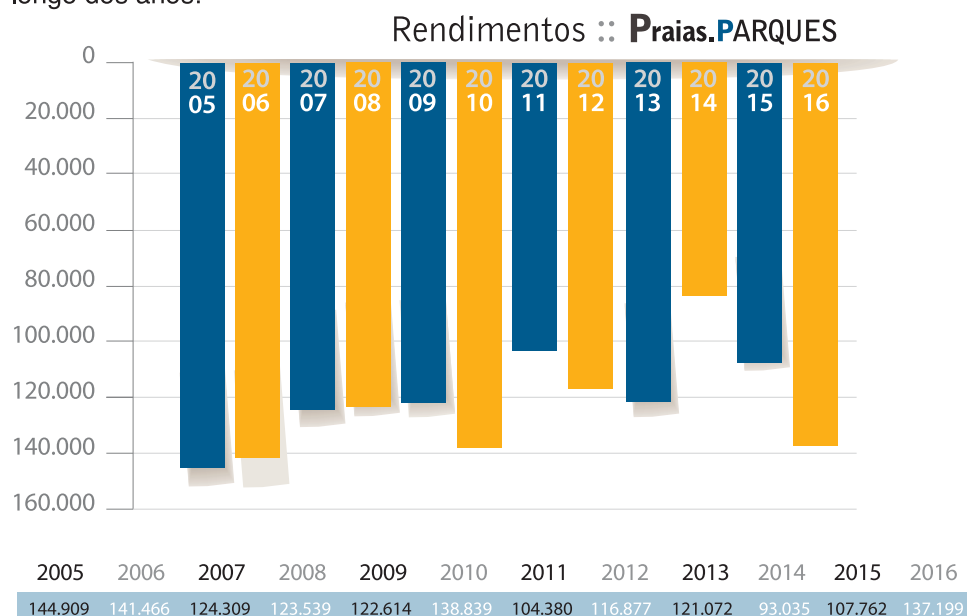
praias do Rei e da Rainha. Em 2016, verificou-se um acréscimo de, cerca de, 28% no número de viaturas que utilizaram os parques.

O quadro abaixo é demonstrativo da evolução, ao longo dos anos, do nº de veículos que utilizaram estes parques de estacionamento.

Gestão de Parques Sazonais das Praias do Rei & Rainha :: 2016

Anos	Motos	Ligeiros	Pesados	Total
2016	905	146.264	1.235	148.404
2015	376	114.639	1.216	116.231
2014	1.166	99.176	1.238	101.580
2013	1.056	126.724	1.232	129.012
2012	920	118.789	1.321	121.030
2011	1.626	110.735	1.282	113.643
2010	1.439	144.940	1.484	147.863
2009	970	126.113	1.729	128.812
var. % - 2015\ 2016	45 %	32 %	2 %	32 %

O quadro abaixo mostra a evolução dos rendimentos desta área de actividade ao longo dos anos:



O rendimento obtido com a exploração destes parques de estacionamento foi de 137.199 euros, revelando um desvio positivo de, 17.199 euros, face ao orçamentado.

A taxa de execução foi de 114%.

Comparativamente com o ano de 2015 o acréscimo de rendimento, nesta área de actividade, foi de 29.437 euros, ou seja, a variação foi positiva em 27%.

3. GESTÃO/ FISCALIZAÇÃO COSTA DE CAPARICA

3.1 PARQUE

As condições climatéricas verificadas, ao longo do Verão, tiveram um forte impacto no aumento da procura de lugares de estacionamento, também neste parque, permitindo a consecução dos objectivos previstos, no que diz respeito à receita arrecadada.

Como habitualmente, uma parte dos lugares de estacionamento do parque foram reservados, entre os dias 11 e 14 de Agosto, ao festival “O Sol da Caparica”, tendo a CMA ressarcido a Ecalma em 4.240 euros, correspondendo este montante a um rendimento de 3.447 euros, líquidos de IVA.

O rendimento obtido com a exploração destes parques, de Junho a Setembro, foi de 102.056 euros, revelando um desvio positivo de 24.056 euros, face ao previsto, e traduzindo-se, aquele rendimento, numa taxa de execução orçamental de 131%.

O rendimento obtido foi superior ao registado em 2015 em 23.660 euros significando, este acréscimo, uma variação positiva de 30%.

3.2 PARQUÍMETROS – COSTA DE CAPARICA

As condições climatéricas, verificadas de Junho a Setembro, a colocação de parquímetros novos e mais modernos, reduzindo, de forma muito significativa, as avarias e os actos de vandalismo, e a presença dos Agentes de Estacionamento, junto dos parquímetros, são factores que explicam o rendimento obtido, em 2016, nesta área de actividade.

Contrariamente ao que tem vindo a verificar-se em Almada, na Costa de Caparica, a adesão ao pagamento do estacionamento através da aplicação PaySimplex, não foi, em 2016, significativa.

O rendimento proveniente do estacionamento tarifado à superfície, na Costa de Caparica, foi de 100.978 euros, traduzindo-se num desvio positivo, face ao orçamentado, de 19.200 euros.

A taxa de execução orçamental situou-se nos 123%.

Comparativamente com o ano de 2015, o rendimento proveniente desta área de actividade, registou um crescimento de 17%. Em valor absoluto, em 2016, o rendimento foi superior em 14.795 euros ao registado em igual período de 2015.

4. ACÇÃO FISCALIZADORA DA ECALMA

4.1. COMPENSAÇÃO POR OCUPAÇÃO INDEVIDA NA VIA PÚBLICA (COI)

No corrente ano, o rendimento de 63.959 euros resultante da aplicação desta taxa, no estacionamento tarifado à superfície – parquímetros -, nas cidades de Almada e Costa de Caparica, e nos parques das praias do Rei e da Rainha, ficou aquém do previsto, em sede de Plano de Actividades e Orçamento, em 26.041 euros.

A este rendimento correspondeu uma taxa de execução orçamental de 71%.

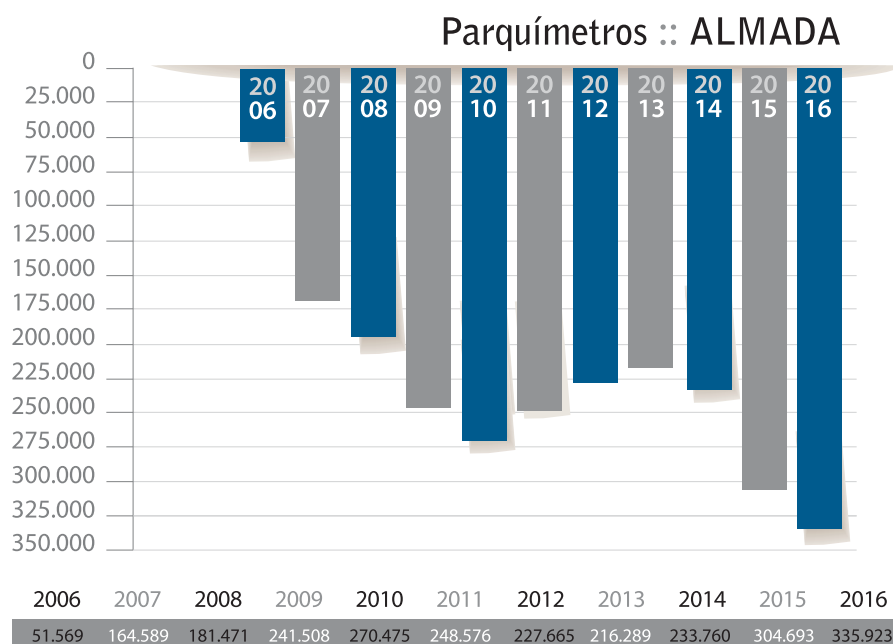
4.2. GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO À SUPERFÍCIE (PARQUÍMETROS – ALMADA)

A colocação de máquinas, mais modernas, nas zonas tarifadas à superfície tem contribuído para um decréscimo significativo das avarias e dos actos de vandalismo e, conseqüentemente, para um crescimento da receita nesta área de actividade. Desde 2015 que a empresa tem vindo a investir em parquímetros com o objectivo de ir dotando todas as zonas de estacionamento tarifado à superfície de equipamento adequado que permita, para além da arrecadação de receita, uma melhor qualidade do serviço prestado.

Por outro lado, o crescente conhecimento e adesão, ao sistema de pagamento PaySimplex e a presença dos Agentes de Estacionamento nestas zonas constituíram, de igual forma, factores que contribuíram para um considerável aumento do rendimento proveniente desta área de actividade, nomeadamente, por comparação ao ano de 2015.

O rendimento proveniente dos parquímetros, foi de 335.923 euros revelando um desvio positivo, face ao orçamentado, de 27.701 euros.

A taxa de execução orçamental foi de 109%.



Comparativamente com o ano de 2015, verificou-se um acréscimo de receita de 10%, traduzindo um rendimento superior de 31.230 euros.

4.3. FISCALIZAÇÃO NA (ANTIGA) ZONA PEDONAL

Esta zona continua a representar uma oferta de estacionamento gratuito, ainda que por tempo muito limitado. A permanência dos Agentes de Fiscalização, nesta zona, é fundamental e o seu trabalho deverá ser complementado com informação/divulgação, junto dos utentes, no sentido de uma sensibilização para a importância da fruição pedonal, naquele local.

4.4. GESTÃO/ FISCALIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO RESERVADO A RESIDENTES

Em 2016 foram emitidos, pela Ecalma, 6.201 Cartões (novos e renovações) distribuídos, por freguesia, conforme o gráfico:

FREGUESIAS	CARTÕES
Almada	1497
Cova da Piedade	731
Cacilhas	1115
Pragal	5
Costa da Caparica	2853
TOTAL	6.201



Como tem vindo a ser referido, em anteriores documentos, a inclusão de um valor de Subsídio à Exploração de 80.000 euros (Contrato Programa 2015-2017), cobre, parcialmente, os gastos associados a esta área da fiscalização. A gratuitidade dos cartões de residente, na cidade de Almada e na cidade da Costa de Caparica, de Junho a Setembro, tem feito com que a empresa não seja ressarcida dos gastos tidos, não só com a afectação de Agentes de Fiscalização às zonas de residentes mas, também, com os gastos inerentes a todo o processo administrativo de tratamento, emissão e renovação dos referidos cartões.

Nesta área de actividade os *Fornecimentos e Serviços Externos* tiveram um peso, nos gastos totais, de 12%, os *Gastos C/ Pessoal* contribuíram para os mesmos gastos com 87% e os *Outros Gastos* com 1%.

Os gastos totais, no corrente ano, rondaram os 230.589 euros.

4.5 FISCALIZAÇÃO DO CÓDIGO DA ESTRADA E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR TAXAS E COIMAS

4.5.1 – Taxas de remoções, bloqueios e diárias

O facto de a Ecalma ter ajustado, em sede de Plano de Actividades e Orçamento, os rendimentos provenientes desta área de actividade à estratégia de fiscalização preventiva que tem vindo a ser adoptada pela empresa, sobretudo, nos últimos

dois anos, permitiu aproximar o rendimento obtido, do rendimento esperado para o ano de 2016.

Assim, em 2016, o rendimento proveniente da cobrança de taxas (valores fixados em portaria) a veículos em infracção ao Código da Estrada foi de 134.022 euros relevando um desvio positivo, face ao orçamentado, de 16.522 euros.

A taxa de execução, global, situou-se nos 114%.

De forma mais detalhada, em 2016, a remoção de veículos estacionados na via pública, em infracção ao Código da Estrada, resultou num rendimento de 62.200 euros traduzindo-se, este rendimento, numa taxa de execução de 137%. No que diz respeito aos bloqueios, a um rendimento de 49.844 euros, correspondeu uma taxa de execução de 95%. Por último e, relativamente às diárias, o rendimento de 21.978 euros, resultou numa taxa de execução de 111%.

NOTA: estes dados incluem os valores das taxas (remoções e diárias) aplicadas a viaturas que, por apresentarem sinais de abandono, são removidas e, mais tarde, reclamadas pelos seus proprietários.

4.5.2 – Coimas

4.5.2.1 – Coimas – Cobrança Directa Ecalma

O rendimento desta área de actividade provém da aplicação directa da coima, sempre que se verifique uma situação de estacionamento abusivo e que incorre numa violação ao C.E. e, desde Maio de 2015, da aplicação da coima sempre que o utente não proceda ao pagamento da COI que lhe é aplicada por não ter efectuado o pagamento do lugar de estacionamento tarifado à superfície, no prazo de 48 horas.

A 'efectiva' implementação, em Outubro, de um sistema de tratamento dos autos de contraordenação, permitiu à Ecalma recuperar rendimento relativo a autos que se encontravam pendentes de envio. Recorde-se que uma das principais vantagens da aquisição deste software é a de permitir encurtar o tempo que decorre desde a emissão do auto à recepção da notificação do pagamento da coima pelo infractor, com vantagens para a empresa e para o utente.

Em 2016, o rendimento obtido de 251.923 euros, traduziu-se num desvio positivo de 50.984 euros, face ao orçamentado.

A taxa de execução orçamental foi de 125%.

4.5.2.2 – Percentagem de coimas ANSR

Relativamente às coimas cobradas por esta entidade, o rendimento obtido ficou aquém do previsto devido a problemas internos da ANSR, solucionados apenas no final do ano, que tendo levado a atrasos na cobrança dos autos por parte daquela entidade, significaram uma menor receita, também, para a Ecalma.

Em 2016, o montante transferido pela ANSR para a Ecalma foi de 30.468 euros, revelando um desvio negativo de 21.093 euros.

A taxa de execução orçamental situou-se nos 59%.

5. FLEXIBUS

As constantes interrupções neste serviço de mobilidade inclusiva, em resultado das avarias permanentes nos dois mini autocarros que lhe estão afectos, tem como consequência uma cada vez maior insatisfação por parte dos utentes, sobretudo dos mais idosos e com maiores dificuldades de mobilidade, que reclamam da falta de qualidade do serviço prestado.

Em 2016, apesar do decréscimo significativo, face a 2015, foram os utilizadores seniores os que mais contribuíram para o rendimento global, com 53%. Os juniores contribuíram para o mesmo rendimento com 37% e os 'Flexi' com 10%.

No que diz respeito à natureza dos títulos de transporte, 69% do rendimento global resultou da venda de títulos de 30 dias e 30% da venda de títulos de 1 viagem. Relativamente aos títulos de 15 dias, as vendas representaram 1% do rendimento total do Flexibus.

No que se refere aos gastos, os *Fornecimentos e Serviços Externos* representaram 12% dos gastos totais e os *Gastos c/ Pessoal*, 80% do mesmo total. Os *Outros Gastos* justificaram, apenas, 8% dos gastos tidos com este serviço de mobilidade inclusiva.

Considerando o Subsídio à Exploração de 62.000 euros, atribuído a esta área de actividade no âmbito do Contrato Programa 2015-2017, celebrado entre a CMA e a Ecalma, o resultado foi positivo em 11.175 euros, por via de uma redução dos gastos com electricidade e do número de motoristas afectos ao serviço.

Relativamente ao cumprimento dos pressupostos constantes do C.P 2015-2017, objectivos qualitativos e de natureza económica e financeira e, em concreto, em relação ao nº 1 alínea b) e nº 2 alínea ci) da clausula 3ª, daquele documento, não foi possível a sua concretização, pelas razões atrás mencionadas.

A um rendimento de 2.187 euros, em 2016, correspondeu uma taxa de execução orçamental de 88%.

Estamos convictos de que, em 2017, em conjunto com a CMA, se encontrará uma solução capaz de resolver os problemas deste serviço, com utilidade reconhecida, sobretudo pela população mais idosa e com maiores dificuldades de mobilidade, mas também por todos os outros utentes.

6. PARQUES SUBTERRÂNEOS (CMA)

Em 2016 estudaram-se algumas medidas, referidas em anteriores relatórios, nomeadamente, a implementação da Via Verde nestes parques. Contudo, tendo em aten-

ção a onerosidade deste serviço, tal não foi, ainda, possível. Continuaremos, ao longo do ano de 2017, a estudar outras medidas que sirvam os utentes, em geral e os comerciantes e trabalhadores, do Concelho de Almada, em particular.

Ainda assim, importa referir que, o rendimento proveniente desta área de actividade registou, em 2016, um crescimento, tanto ao nível da venda de avenças como de lugares rotativos. Assim, e por comparação ao ano de 2015, o rendimento proveniente da venda de avenças registou uma variação positiva de 5%. No que respeita à venda de lugares rotativos, a variação foi positiva em 31%.

Dos 5 parques de estacionamento subterrâneo, os parques situados na Av. Bento Gonçalves e na Rua Luísa Sigeia têm sido os que mais têm contribuído para o rendimento global das avenças, com 29% e 27%, respectivamente. No que diz respeito ao rendimento proveniente da venda de lugares rotativos, os parques da Bento Gonçalves, Conde Ferreira e Capitão Leitão têm sido os que mais têm contribuído para o rendimento global da venda de rotativos, com 37%, 28% e 29%, respectivamente.

Em 2016, a receita arrecadada com os 5 parques subterrâneos foi de 209.475 euros ficando, deste modo, 16.475 euros acima do previsto, em sede de Plano de Actividades e Orçamento. O rendimento proveniente da venda de avenças e de rotativos afastou-se, positivamente, do valor em orçamento em 12.739 euros e 3.736 euros, respectivamente.

A venda de avenças contribuiu para o rendimento global, destes parques, com 93% e a venda de rotativos com 7%, do mesmo rendimento.

A taxa de execução orçamental, no que respeita à venda de avenças, foi de 107% e de 131% no que se refere à venda de rotativos.

No que se refere à estrutura de gastos, os *Fornecimentos e Serviços Externos* representaram 29% dos gastos totais, os *Gastos com Pessoal* 70% e os *Outros Gastos* apenas 1%.

O défice de exploração foi, no corrente ano, de 168.854 euros, superior em 13.854 euros ao valor do subsídio à exploração, no valor de 155.000 euros, atribuído a esta área de actividade no âmbito do Contrato Programa 2015-2017, celebrado entre a CMA e a Ecalma.

Este desvio ficou a dever-se a um aumento dos gastos com electricidade, na generalidade dos parques, e dos gastos com a, necessária, conservação e manutenção dos mesmos.

Prevê-se que, em 2017, os gastos com a conservação e a manutenção, da generalidade destes parques venham a aumentar, substancialmente, pela necessidade de se proceder a intervenções, em alguns casos, muito dispendiosas.

No que diz respeito ao pressuposto definido na cláusula 3ª nº2d do C.P 2015-2017, no conjunto dos 5 parques, as avenças registaram um crescimento de 16% e os rotativos de 17%, face ao valor constante do anexo 3 do documento, cumprindo assim os objectivos definidos.

7. COMUNICAÇÃO IMAGEM E INFORMAÇÃO

Em Fevereiro, a empresa procedeu à divulgação do sistema de pagamento, no estacionamento tarifado à superfície, – PaySimplex. Para além da informação afixada em todos os parquímetros, e divulgada no site da empresa, distribuíram-se flyers e, com o apoio da CMA, procedeu-se à divulgação deste novo método de pagamento, na Agenda Cultural e no Boletim Municipal de Almada.

Em Abril, através da distribuição de flyers e de outros meios de divulgação, para além do site da empresa, informaram-se os utentes da Costa de Caparica da possibilidade de solicitarem, a partir do dia 15 de Maio, o título de residente. Esta medida permitiu aos residentes na Costa de Caparica, atempadamente, tratarem dos cartões de residente evitando, assim, a possibilidade de serem autuados, aquando do início da fiscalização, no dia 1 de Junho.

Em Dezembro, a Ecalma avançou com duas campanhas de Natal, uma direccionada para os parques, e outra para os utilizadores do PaySimplex nos parquímetros.

Em 2016, 29.356 pessoas visitaram o site da Ecalma. Verificou-se um acréscimo de 25% no número de visitas ao site, comparativamente com o ano de 2015 (23.452 pessoas).

8. RECURSOS HUMANOS

8.1 QUADRO DE PESSOAL

A 31 de Dezembro de 2016, o quadro de pessoal era composto por 88 trabalhadores, mais 17 comparativamente com o ano de 2015. Este aumento, no quadro de pessoal, resultou de um conjunto de medidas tomadas, no corrente ano, ao nível dos recursos humanos, nomeadamente, a reestruturação dos serviços administrativos de fiscalização e atendimento ao público, a credenciação de 7 Agentes de estacionamento, como Agentes de Fiscalização e a contratação de 7 Agentes de Estacionamento e de 1 Técnico de Informática.

Nos meses de Verão, como habitualmente, a empresa contratou a termo certo, e por um período de 4 meses, 12 trabalhadores, 5 dos quais foram afectos aos parques da Costa de Caparica e 7 aos parques das praias do Rei e da Rainha.

Quadro de Pessoal :: ECALMA

	Dez 2016
Directora Geral	1
Técnico Especialista - Contabilista Certificado	1
Técnico Superior - Jurista	2
Técnico Especialista - Designer Informático	1
Coordenadora dos Serviços Adm. de Fiscalização	1
Coordenador do sector dos VFV's e parquímetros	1
Coordenador Parques	1
Assistentes de Coordenação	5
Técnica Administrativa de Recursos Humanos	1
Técnica Administrativa de Aprovisionamento	1
Assistente Administrativa da Administração	1
Assistente Administrativa da Direção	1
Agentes de Fiscalização	20
Agentes de Estacionamento	6
Operadores de Equipamento de Gestão	2
Operadores de Equipamento de Gestão (parques)	17
Assistentes de Serviços Administrativos de Fiscalização	17
Auxiliares Serviços Administrativos	1
Auxiliares Serviços Gerais	1
Auxiliar Serviço Manutenção	1
Motoristas	3
Motoristas Transportes Públicos	2
QUADRO DO PESSOAL	88

8.2 FORMAÇÃO

Em 2016, 33% dos trabalhadores obtiveram formação. A formação que frequentaram, “Brigadas de 1ª Intervenção”, foi ministrada pelos Bombeiros de Cacilhas e versou, sobretudo, o combate a incêndios.

8.3 INSTALAÇÕES

Em 2016, procederam-se a algumas pequenas intervenções, nas instalações da empresa (Sede), nomeadamente, na sala onde se situa o servidor, dada a necessidade de se protegerem os equipamentos informáticos que ali se encontram evitando, assim, a sua degradação.

Efectuaram-se ligeiras melhorias em algumas salas de trabalho, dotaram-se mais salas com aparelhos de ar condicionado e adquiriu-se mobiliário.

Por último, e com o objectivo de se melhorarem as condições de higiene no trabalho, nomeadamente, dos trabalhadores que, por força da sua actividade profissional, necessitam de se fardar e de se desfardar, adquiriram-se dois contentores com vestiários e duches.

9. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

9.1 – RENDIMENTOS

Os rendimentos próprios (Vendas e Prestações de Serviços) foram, em 2016, de 1.404.460 euros, revelando um desvio positivo, face ao orçamentado, de 105.960 euros.

A taxa de execução orçamental foi de 108%.

No corrente ano, o investimento efectuado em parquímetros e em equipamento para a fiscalização (PDA's e impressoras), a implementação do sistema de pagamentos PaySimplex, no estacionamento tarifado à superfície, a implementação 'efectiva' do software de tratamento de autos de contraordenação, o reforço da equipa dos Agentes de Fiscalização e as condições climáticas verificadas, ao longo de todos os meses de verão, tiveram repercussões, muito positivas, ao nível dos rendimentos obtidos.

Assim, à excepção das vendas de Veículos em Fim de Vida, do Flexibus e da aplicação da Compensação por Ocupação Indevida da Via Pública (COI), todas as outras áreas de actividade da empresa registaram, em 2016, um rendimento superior ao orçamentado.

De realçar, as taxas de execução orçamental de:

- 112%, no estacionamento tarifado à superfície na cidade de Almada e na cidade da Costa de Caparica, por via de um rendimento obtido de 436.901 euros;
- 131%, no parque da Costa de Caparica em resultado de um rendimento de 102.056 euros;
- 114%, nos parques que servem as praias do Rei e da Rainha, em consequência de um rendimento, total, de 137.199 euros;
- 113%, na fiscalização (coimas e taxas) em virtude de um rendimento global de 416.413 euros
e
- 109%, no conjunto dos 5 parques de estacionamento subterrâneo (avenças e rotativos), resultado de um rendimento global de 209.475 euros, dos quais 15.702 euros provieram da venda de rotativos e 193.773 euros resultaram da venda de avenças.

9.2 – GASTOS

No exercício de 2016, os gastos totalizaram 1.773.300 euros, revelando um desvio negativo, face ao orçamentado, de 119.398 euros.

A taxa de execução orçamental situou-se nos 107%.

Na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, a taxa de execução orçamental foi de 98%, revelando um desvio, positivo, de 9.195 euros.

Nos Gastos com Pessoal, a taxa de execução orçamental situou-se nos 111%, consequência de gastos superiores ao previsto em 123.652 euros.

O referido desvio, negativo, resultou do impacto, nesta natureza de gastos, de um conjunto de medidas tomadas, no corrente ano, ao nível dos recursos humanos da empresa, nomeadamente, a reestruturação dos serviços administrativos da fiscalização e atendimento ao público, a credenciação de 7 Agentes de Estacionamento, como Agentes de Fiscalização, e a contratação de 7 Agentes de estacionamento e de um Técnico de Informática.

Por outro lado, a obrigação legal, não prevista em sede de orçamento, de as autarquias, as empresas municipais e os serviços municipalizados procederem ao pagamento de uma quantia relativa à “prestação de serviços e dispensa de medicamentos aos seus trabalhadores, à A.C.S.S – I.P. (LEI nº 82-B/2014, de 31/12/2014 e Lei 7A/2016), contribuiu, também, para o desvio, negativo, registado nesta rubrica.

Por último, a necessidade de se adquirir fardamento para os novos Agentes de Fiscalização e Agentes de Estacionamento justifica, também, uma parte do mesmo desvio.

10. INVESTIMENTO / FINANCIAMENTO

Dos 161.929 euros, previstos no mapa de investimento para 2016, a Ecalma adquiriu 15 parquímetros, pelo valor de 72.420 euros e computadores no valor de 14.958 euros.

O investimento em computadores, acima do previsto, justifica-se pela necessidade de se proceder à substituição de equipamento obsoleto, pelo reforço da equipa dos serviços administrativos e pela necessidade de se dotarem os reboques com equipamento portátil que permitisse a elaboração de autos e o registo de bloqueios e reboques.

Em 2016, para além destes investimentos, a empresa adquiriu ainda: equipamento para a fiscalização – PDA'S e impressoras – (6.777 euros), em virtude de terem sido credenciados, como Agentes de Fiscalização, mais 7 trabalhadores; mobiliário (6.224 euros); impressoras e scanners (10.625 euros); instalações telefónicas (630 euros) e, software (4.249 euros).

O investimento total, em 2016, totalizou 115.883 euros, financiados, na sua totalidade, por capitais próprios.

11. SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

Em 2016, os rendimentos próprios da Ecalma (Vendas e Prestação de Serviços), no total de 1.404.460 euros, evidenciaram um crescimento de 7%, face ao ano de 2015.

Pelas razões descritas, atrás no documento:

:: O investimento em novos parquímetros e em equipamento adequado ao exercício da função de fiscalização, nomeadamente PDA's e impressoras;

- :: A introdução de uma nova modalidade de pagamento do estacionamento tarifado à superfície, através de uma aplicação para telemóvel – PaySimplex;
- :: A implementação 'efectiva' de um sistema de tratamento dos autos de contraordenação;
- :: O reforço da equipa de Agentes de Fiscalização;
- :: A reestruturação de alguns serviços da empresa;
- :: A presença dos Agentes de Estacionamento, junto dos parquímetros, sensibilizando os utentes para a importância do correcto estacionamento;
- :: A presença dos Agentes de Estacionamento, junto dos parquímetros, sensibilizando os utentes para a importância do correcto estacionamento;
- :: As condições climáticas, verificadas durante os 4 meses de Verão, favoráveis à obtenção de receita nas actividades sazonais;

e,

- :: O apoio financeiro do Contrato Programa 2015-2017, estabelecendo condições de financiamento, pelo Município, às actividades cuja sustentabilidade não pode ser garantida em virtude de se terem adoptado políticas condicionadas por factores de ordem social, como é o caso dos parques subterrâneos e do Flexibus, e à Gestão e Fiscalização dos Lugares de Residentes, por não lhe estarem associados, até à data, quaisquer rendimentos,

permitiram, à Ecalma, para além da arrecadação de receita, superior à registada em 2015 em 96.114 euros, uma melhoria dos serviços prestados e uma optimização dos recursos técnicos e humanos.

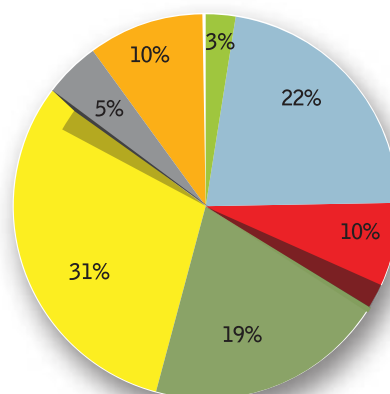
Em 2016:

- :: as Vendas e Prestações de Serviços, no valor de 1.404.460 euros, cobriram em cerca de 79%, os gastos totais que se situaram nos 1.773.300 euros;
- :: o peso contributivo dos Subsídios à Exploração, no valor total de 297.000 euros, nas receitas totais situou-se nos 17%, aproximadamente;
- :: o valor do EBITDA foi positivo em 117.441 euros,

cumprindo, assim, os pressupostos do artº62º da Lei 50/2012, de 31 de Agosto.

O quadro abaixo evidencia o peso de cada área de actividade no rendimento total:

ÁREAS DE ACTIVIDADE	RENDIMENTOS	PESO CONTRIBUTIVO
Vfv's	36.269	3 %
Parques	311.531	22 %
Taxas	134.022	10 %
Coimas	282.391	19 %
Parquímetros	436.901	31 %
COI's	63.959	5 %
Praias	137.199	10 %
Flexibus	2.188	0 %
TOTAL	1.404.460	100%



12. PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2017

1. O investimento em mais parquímetros ficando, assim, muito próximo do objetivo de substituir todas as máquinas antigas por outras, mais modernas, com um impacto notório na melhoria do serviço prestado aos utentes;
2. Participação na eventual implementação do Circuito da Saúde, alargando o serviço Flexibus a outras áreas, nomeadamente, centros de saúde e hospitais;
3. Desenvolvimento do site da Ecalma, permitindo uma maior interação entre os utentes e a empresa;
4. Participação na apreciação e discussão de propostas de alteração do Regulamento geral de estacionamento e circulação de Almada, e regulamentos específicos, contemplando soluções que melhor sirvam os utentes, em geral, e os comerciantes e os trabalhadores do Concelho de Almada, em particular;
5. Melhores condições de acesso aos parques de estacionamento que servem as praias do Rei e da Rainha bem como, um novo sistema de cobrança do estacionamento, em ambos os parques;
6. Reforço da fiscalização na (antiga) zona pedonal;
7. A continuidade do processo de automatização de toda a informação necessária à gestão.

13. RESULTADO DO PERÍODO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO

No exercício de 2016 obteve-se um EBITDA positivo (Resultado Antes de Depreciação, gastos de financiamento e imposto sobre o rendimento) de 117.440,52 euros. Consideradas as depreciações no montante de 115.380,93 euros, o resultado financeiro de 63.06 euros e o Imposto sobre o Rendimento no montante de 1.537,79 euros, apurou-se um Resultado Líquido do período de 584,86 euros, propondo-se que este montante seja transferido, na totalidade, para a conta de Reservas Legais, conforme os Estatutos e Código das Sociedades Comerciais.

14. NÚMERO 5 DO ARTº 66º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

- alínea b) Não há factos relevantes a registar ocorridos após o termo do exercício;
- alínea e) Não foram concedidas quaisquer autorizações a negócios entre a empresa e os seus administradores;
- alínea g) Não existem sucursais da empresa;
- alínea h) Traduzindo-se o risco de taxa de juro na possibilidade de existirem flutuações no montante dos encargos financeiros futuros em empréstimos contraídos, devido à evolução do nível de taxas de juro no mercado, o facto de a Ecalma não ter financiamentos contratados, faz com que não está sujeita ao risco da taxa de juro. Relativamente ao risco de liquidez, a estrutura de financiamento da empresa é adequada à natureza das suas obrigações. De referir, ainda, que no caso de a empresa apresentar um Resultado Líquido negativo do período, antes de impostos, é obrigatória a transferência financeira por parte do Município de Almada com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa. Por último, cientes do impacto do

agravamento das condições económicas globais ou das adversidades que afectam as economias a uma escala local, nacional ou internacional, na capacidade dos clientes saldarem as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados da mesma, a empresa procura avaliar o risco de crédito de todos os seus clientes como racional para o estabelecimento do crédito a conceder, sendo objectivo último assegurar a efectiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos.

No que diz respeito à fixação de preços praticados, no estacionamento tarifado à superfície e nos parques de estacionamento sazonais, os mesmos estão sujeitos às orientações da Câmara Municipal de Almada. Os valores relativos às taxas de remoção, bloqueio e depósito são fixados em Portaria (Portaria 1424/2001, alterada pela Portaria 1334-F/2010) e os relativos à aplicação de coimas, constam do Código da Estrada. A receita proveniente da venda de Veículos em Fim de Vida, varia em função do valor da tonelada do ferro. Relativamente às actividades cuja sustentabilidade não é garantida em virtude de as receitas geradas serem inferiores aos gastos, pelo facto de se terem adoptado políticas condicionadas por factores de ordem social – Flexibus e Parques Subterrâneos -, assim como a Gestão e Fiscalização dos Lugares de residentes, por não lhe estar associados qualquer rendimento, estão cobertas financeiramente pelo Contrato Programa 2015-2017, estabelecido entre a CMA e a Ecalma.

15. NOTAS FINAIS

O Conselho de Administração manifesta o seu sincero agradecimento, particularmente, aos trabalhadores da Ecalma pelo empenho e dedicação demonstrados, mas também aos dirigentes e trabalhadores da autarquia, às entidades públicas e privadas com as quais a empresa se relaciona, aos comandos da GNR e da PSP e às entidades congéneres, nomeadamente, à EMARP, pelo convite e pela forma como nos acolheu no Fórum de Estacionamento promovido por aquela entidade onde estiveram presentes empresas de estacionamento de todo o país.

Ao Fiscal Único, Jorge Macedo & Nuno Borges, SROC, Lda, representada pelo Dr. Nuno Borges, à sua equipa, e aos prestadores de serviços, o Conselho de Administração manifesta o mais vivo apreço e agradecimento pela dedicação e empenho postos no exercício das funções ou prestação de serviços.

Almada, 24 de Fevereiro de 2017

O Conselho de Administração

Rui Jorge Martins

Presidente

Fernanda Gaspar

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INFORMAÇÃO EXIGIDA POR DIPLOMAS LEGAIS

- I. Em conformidade com o n.º 4 do art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que o Município de Almada é detentor de 100% do Capital Social da Ecalma, no valor de 250.000 euros.
- II. Durante o ano de 2016, não se verificou qualquer aquisição ou alienação de ações próprias;
- III. Em observação do Decreto-Lei 543/80 de 7 de Novembro, informamos que não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos, nem a empresa é devedora de qualquer dívida vencida à Segurança Social, em observação do artigo 210.º da lei 110/2009 de 10 de Setembro.

_Análise à Execução Orçamental :: 2016

jan - dez | 2016

RENDIMENTOS	ORÇAMENTADO	EXECUTADO	DIFERENCIAL	%
VFV'S	55.000	36.269	-18.731	66 %
FLEXIBUS	2.500	2.188	-312	88 %
PARQUES CMA	193.000	209.475	16.475	109 %
PARQUE COSTA CAP.	78.000	102.056	24.056	131 %
PRAIAS	120.000	137.199	17.199	114 %
TAXAS (Bloq, Remç, Dps)	104.900	118.398	13.498	113 %
TAXAS (Bloq, Remç, Dps) - VFV	12.600	15.624	3.024	124 %
COIMAS	252.500	282.391	29.891	112 %
PARQUÍMETROS	390.000	436.901	46.901	112 %
COI's	90.000	63.959	-26.041	71 %
OUTROS RENDIMENTOS	64.048	73.900	9.852	115 %
JUROS, DIV. E OUTROS REND. SIM.	120	63	-57	53 %
SUBTOTAL	1.362.668	1.478.423	115.755	108 %
SUBSÍDIOS (Dotações)	297.000	297.000	0	100 %
TOTAL	1.659.668	1.775.423	115.755	107 %
GASTOS	ORÇAMENTADO	EXECUTADO	DIFERENCIAL	%
F.S.E	422.800	413.605	-9.195	98 %
GASTOS COM PESSOAL	1.108.818	1.232.470	123.652	111 %
AMORTIZAÇÕES	109.926	115.381	5.455	105 %
OUTROS GANHOS	12.360	11.844	-516	96 %
TOTAL	1.653.904	1.773.300	119.396	107 %
RESULTADO DA EXECUÇÃO	5.764	2.123	-3.642	


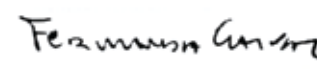
Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, EM, SA
Balanco Individual :: em 31 de Dezembro de 2016

euros			
RUBRICAS	NOTAS	31.dez.2016	31.dez.2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	357.913,20	361.397,61
Ativos intangíveis	6	3.986,17	0,00
Participações financeiras (outros métodos)	20	997,60	997,60
Subtotal		362.896,97	362.395,21
Ativo corrente			
Clientes	7	9.987,14	5.650,37
Estado e outros entes públicos	8	16.128,34	14.672,14
Outras créditos a receber	9, 20	13.244,76	4.167,82
Diferimentos	10	21.033,24	19.877,53
Caixa e depósitos bancários	4	277.142,37	268.186,67
Subtotal		337.535,85	312.554,53
Total do ativo		700.432,82	674.949,74
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	11	250.000,00	250.000,00
Reservas legais	11	859,40	345,86
Outras reservas	11	5.407,20	5.407,20
Resultados transitados	11	1.876,68	-2.745,18
Ajustamentos\ Outros instrumentos no capital próprio	11	69.072,31	118.940,51
Subtotal		327.215,59	371.948,39
Resultado líquido do período	11	584,86	5.135,40
Total do capital próprio		327.800,45	377.083,79
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo por impostos diferidos		0,00	41.096,34
Subtotal		0,00	41.096,34
Passivo corrente			
Fornecedores	12	52.594,58	26.018,64
Estado e outros entes públicos	8	46.667,27	40.982,18
Outras dívidas a pagar	9	259.045,80	177.644,97
Diferimentos	10	14.324,72	12.123,82
Subtotal		372.632,37	256.769,61
Total do passivo		372.632,37	297.865,95
Total do capital próprio e do passivo		700.432,82	674.949,74

O Contabilista Certificado


 Ana Páscoa

A Administração

 
 Rui Jorge Martins
 |Presidente|
 Fernanda Gaspar

Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, EM, SA

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

:: período findo em 31 de Dezembro de 2016

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31.dez.2016	31.dez.2015
Vendas e serviços prestados	13	1.404.460,39	1.308.346,21
Subsídios à exploração	14	297.000,00	297.000,00
Fornecimentos e serviços externos	15	(413.605,15)	(413.428,43)
Gastos com pessoal	16	(1.232.469,80)	(1.144.695,48)
Outros rendimentos	14, 17	73.899,57	75.972,82
Outros gastos	17	(11.844,49)	(12.923,44)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		117.440,52	110.271,68
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5, 6, 18	(115.380,93)	(102.264,79)
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.059,59	8.006,89
Juros e rendimentos similares obtidos	13	63,06	24,18
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		2.122,65	8.031,07
Impostos sobre o rendimento do período	8, 19	(1.537,79)	(2.895,67)
Resultado liquido do período		584,86	5.135,40

O Contabilista Certificado

Ana Páscoa

A Administração

Rui Jorge Martins
|Presidente|

Fernanda Gaspar

Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, EM, SA

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio :: exercício de 2015

(montantes expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	SUBSCRITO	CAPITAL RESERVAS LEGAIS	RESERVAS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTROS INSTRUM. NO CAPITAL PRÓPRIO	RST. LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
POSIÇÃO EM 01-01-2015	1	250.000,00	345,86	5.407,20	871,20	176.163,85	(74.018,37)	358.769,74	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização de activos									
Excedentes de revalorização de activos e respectivas variações									
Ajustamentos por impostos diferidos	11					(41.096,34)		(41.096,34)	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	11					(16.127,00)	74.018,37	54.274,99	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2					(3.616,38)	74.018,37	13.178,65	
RESULTADO INTEGRAL	3					(3.616,38)	5.135,40	5.135,40	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	4=2+3					(3.616,38)	79.153,77	18.314,05	
Realizações de capital									
Entradas para cobertura de perdas									
Outras operações	5								
POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2015	6-1-2-3-5	250.000,00	345,86	5.407,20	(2.745,18)	118.940,51	5.135,40	377.083,79	

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio :: exercício de 2016

(montantes expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	SUBSCRITO	CAPITAL RESERVAS LEGAIS	RESERVAS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTROS INSTRUM. NO CAPITAL PRÓPRIO	RST. LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
POSIÇÃO EM 01-01-2016	6	250.000,00	345,86	5.407,20	(2.745,18)	118.940,51	5.135,40	377.083,79	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização de activos									
Excedentes de revalorização de activos e respectivas variações									
Ajustamentos por impostos diferidos	11					(19.995,79)		(19.995,79)	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	11		513,54	4.621,86	4.621,86	(29.872,41)	(5.135,40)	(29.872,41)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7		513,54	4.621,86	4.621,86	(49.868,20)	(5.135,40)	(49.868,20)	
RESULTADO INTEGRAL	8		513,54	4.621,86	4.621,86	(49.868,20)	(4.550,54)	(49.283,34)	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	9=7+8								
Realizações de capital									
Entradas para cobertura de perdas									
Outras operações	10								
POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2016	11-6-7-8-10	250.000,00	859,40	5.407,20	1.876,68	69.072,31	584,86	327.800,45	

O Contabilista Certificado

Ana Páscoa

A Administração

Rui Jorge Martins
|Presidente|

Fernanda Gaspar





Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, EM, SA


Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa :: exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 euros

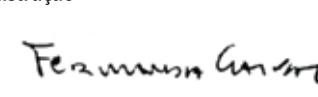
	NOTAS	31.dez.2016	31.dez.2015
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes	7,10,13	1.402.324,52	1.184.886,93
Pagamentos a fornecedores	10,12,15	-529.599,30	-449.508,91
Pagamentos ao pessoal	8,9,16,20	-1.087.888,80	-976.049,27
Caixa gerada pelas operações		-215.163,58	-240.671,25
Pagamento/ Recebimento do imposto sobre o rendimento	8,19	-6.267,33	-3.955,03
Outros recebimentos / pagamentos	8,9,17,20	60.833,59	149.254,04
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		-160.597,32	-95.372,24
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Activos fixos tangíveis	5	-122.283,72	-108.352,25
Activos intangíveis	6	-5.226,32	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	13	63,06	24,18
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		-127.446,98	-108.328,07
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	70.401,99
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento	14,20	297.000,00	297.400,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e custos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de capital próprio		0,00	0,00
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		297.000,00	367.801,99
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		8.955,70	164.101,68
CAIXA e EQUIVALENTES no INÍCIO do PERÍODO	4	268.186,67	104.084,99
CAIXA e EQUIVALENTES no FIM do PERÍODO	4	277.142,37	268.186,67
		8.955,70	164.101,68

O Contabilista Certificado


Ana Páscoa

A Administração


Rui Jorge Martins
[Presidente]


Fernanda Gaspar



R&C 2016

6_Anexo às Demonstrações Financeiras

Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, EM, SA

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A ECALMA- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, EM, SA é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com natureza municipal. Foi criada por proposta N.º 64/VIII de iniciativa da Câmara Municipal e aprovada em Reunião Camarária de 21/04/2004, iniciou a sua atividade em agosto de 2004, tem a sua sede na Rua Sociedade Filarmónica Incrível Almadense 5/7, em Almada. A ECALMA é detida a 100% pelo Município de Almada (CMA) com sede na Rua Trigueiros Martel, n.º 1, 2800-213 Almada, o capital social é de 250 000€ encontrando-se realizado na totalidade.

A empresa tem como atividade principal a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, incluindo zonas de estacionamento gerais ou específicas, no subsolo ou à superfície; a fiscalização do cumprimento do Código da Estrada e legislação complementar e a gestão do Sistema de Mobilidade Inclusiva “Flexibus”, acessoriamente, compete, também, à empresa a identificação e remoção de veículos ocupando espaços públicos, em estacionamento indevido ou abusivo, com sinais de abandono, previstos no Código da Estrada, incluindo os designados veículos em fim de vida - VFV’s e rege-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pela lei comercial, pelos Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do estado.

É entendimento da Administração que as demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriadas as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo indicação em contrário.

O Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Alterações ao Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa do período findo, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da Entidade foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro /NCRF, adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho.

2.2 Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, de acordo com os princípios contabilísticos com as NCRF, geralmente aceites em Portugal.

2.3 Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados em "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

2.4 Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.5 Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.8 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

Conforme previsto na NCRF.3 as demonstrações financeiras incluem informação comparativa com referência a 31 de dezembro de 2015.

3. Principais políticas de reconhecimento e mensuração

As principais políticas de contabilidade adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

A) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação destes ativos são registadas como gastos no período em que ocorrem.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	ANOS de VIDA ÚTIL	TAXAS
_ Edifícios e outras construções	10	10 %
_ Equipamento básico	8 a 12	entre 8,33 % e 12,5 %
_ Equipamento transporte	4	25 %
_ Equipamento administrativo	3 a 10	entre 10 % e 33,33 %
_ Outros activos	4 a 8	entre 12,5 % e 25 %

B) Ativos fixos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

São registadas como gastos do período em que ocorrem as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

C) Subsídios governamentais

Os subsídios são reconhecidos quando existe segurança de que a empresa cumprirá as condições a eles associadas e de que irão ser recebidos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos, são reconhecidos na rubrica Outras Variações no Capital Próprio e imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante o período de vida útil dos ativos com os quais se relacionam. Os subsídios relacionados com o rendimento, isto é, subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos no ano.

D) Impostos sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e quatro anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão. A Administração da empresa entende, todavia, que eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de imposto não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

A ECALMA encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor da coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama municipal, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,45%, bem como a tributação autónoma sobre encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da empresa, periodicamente revisto e atualizado. Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data de balanço, e que se estima que seja aplicável na data de realização dos impostos diferidos ativos ou na data de pagamentos dos impostos diferidos passivos.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas diretamente nos capitais próprios. Nestas situações, o

correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

E) Clientes e outros créditos a receber

Estas rubricas constituem direitos a receberem pela venda de bens ou serviços no decurso normal da atividade da empresa, são reconhecidas ao custo, deduzido de ajustamentos por imparidade, quando aplicável.

F) Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, que podem ser imediatamente mobilizáveis a curto prazo de alta liquidez e com cotação, estando, por isso, valorizados pelo justo valor, com variações anuais em resultados.

G) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, desde que materialmente relevante, deve ser reconhecida, sendo-o como um gasto financeiro.

H) Fornecedores e outras dívidas a pagar

As rubricas “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor.

I) Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda sejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação de serviços.

O rédito referente aos autos de contraordenação enviados para a Autoridade Nacional Rodoviária (ANSR) apenas é reconhecido no momento em que estes são

validados pela entidade reguladora.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva, durante o período até à maturidade.

J) Participações financeiras

A participação financeira da AGENEAL – Agência Municipal de Energia detida pela ECALMA é mensurada ao custo de aquisição.

L) Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados, a curto prazo, são reconhecidos como gasto no período. Os gastos a curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a segurança social e benefícios não monetários (seguros de saúde, estomatologia e vida). O seguro de saúde inclui benefícios proporcionados quer aos empregados quer aos seus dependentes e cônjuges e podem ser liquidados por pagamentos feitos diretamente pelos empregados.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vencem-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no ano seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Os benefícios decorrentes de cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

M) Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço e/ou proporcionem informação sobre as condições que ocorram após a data do balanço (se materiais) são refletidos e divulgados nas demonstrações financeiras.

N) Imparidade de Activos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

O) Capital Social

As ações são classificadas em capital próprio.

P) Julgamentos e Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- I) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis – a determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício, sendo estes dois parâmetros definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão, considerando, sempre que possível, as melhores práticas adotadas;
- II) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber – A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, vidas úteis e valores residuais; em particular, da análise efetuada periodicamente aos saldos a receber poderá surgir a necessidade de registar perdas por imparidade, sendo estas determinadas com base na informação disponível e em estimativas efetuadas pela Empresa dos fluxos de caixa que se espera receber;
- III) provisões;
- IV) imposto sobre o rendimento;
- V) estimativa de férias, subsídio de férias e respectivos encargos com a segurança social.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4. Caixa e depósitos bancários

Durante os períodos findos em 31-12-2016 e em 31-12-2015, o saldo de Caixa e seus equivalentes, que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria, foi o seguinte:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Caixa	20.217,96	13.066,19
Depósitos à ordem	209.563,74	222.807,19
Outros depósitos bancários	47.360,97	32.313,39
	277.142,67	268.186,77

Os meios financeiros encontram-se disponíveis para uso.

5. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

ATIVO BRUTO									
	Saldo em 1. jan. 2015	Aquisições	Abates	Correções\ Transferências	Saldo em 31.dez.2015	Aquisições	Abates	Correções\ Transferências	Saldo em 31.dez.2016
Terrenos e recursos naturais									
Edif. e outras construções	178.775,73				178.775,73			13.467,30	192.243,03
Equipamento básico	951.113,38	82.065,28			1.033.178,66	73.050,00	17.534,12		1.088.694,54
Eqp. de transporte	79.289,13	9.000,00			88.289,13				88.289,13
Eqp. administrativo	175.397,85	16.892,94			192.290,79	40.460,80	8.117,18	(1.877,15)	222.757,26
Act. fixos tangíveis em curso	13.467,30				13.467,30			(13.467,30)	-
Outros act. fixos tangíveis	14.551,73	394,03			14.945,76		701,05		14.244,71
	1.412.595,12	108.352,25			1.520.947,37	113.510,80	26.352,35	(1.877,15)	1.606.228,67
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS									
	Saldo em 1. jan. 2015	Aquisições	Abates	Correções\ Transferências	Saldo em 31.dez.2015	Aquisições	Abates	Correções\ Transferências	Saldo em 31.dez.2016
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções	124.409,27	23.174,04			147.583,31	14.077,42			161.660,73
Equipamento básico	684.885,80	77.491,87		(13.574,95)	748.802,72	83.126,37	17.534,12	(243,33)	814.151,64
Equipamento de transporte	76.082,51	10.684,26		(7.641,65)	79.125,12	2.446,08			81.571,20
Equipamento administrativo	160.502,90	11.864,01		(1.081,38)	171.285,53	14.975,05	8.117,18	(253,73)	177.889,67
Outros activos fixos tangíveis	11.404,49	1.348,59			12.753,08	990,20	701,05		13.042,23
	1.057.284,97	124.562,77		(22.297,98)	1.159.549,76	115.615,12	26.352,35	(497,06)	1.248.315,47
ATIVO LIQUIDO	355.310,15				361.397,61				357.913,20

As aquisições relevadas na rubrica equipamento básico incluem investimento em novos parquímetros.

6. Ativos fixos intangíveis

No período findo em 31-12-2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO					
	Saldo em 1. jan. 2016	Aquisições	Abates	Correções/ Transferências	Saldo em 31.dez.2016
Programas de computador		4.249,04			4.249,04
		4.249,04			4.249,04
DEPRECIÇÕES ACUMULADAS					
	Saldo em 1. jan. 2016	Aquisições	Abates	Correções/ Transferências	Saldo em 31.dez.2016
Programas de computador		262,87			262,87
		262,87			262,87
ATIVO LIQUIDO					3.986,17

7. Clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Clientes conta corrente		
Saldos não vencidos	8.260,66	3.725,99
Saldos vencidos (31-60 dias)	1.726,48	1.924,38
	9.987,14	5.650,37

8. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Ativo		
IRC – PPC e PEC	16.112,56	14.666,10
IRC – Ret Fonte	15,78	6,04
	16.128,34	14.672,14
Passivo		
IRC - Imposto sobre o rend. Das pessoas coletivas	1.537,79	2.895,67
IRS - Imposto sobre o rend. Das pessoas singulares	6.044,35	6.158,50
IVA - Imposto sobre o valor acrescentado	15.875,79	11.756,26
Contribuição p/ Seg. Social	23.209,34	20.171,75
	46.667,27	40.982,18
VALOR LIQUIDO	30.538,93	26.310,04

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro. Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

9. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica “Outros créditos a receber” tinha a seguinte composição:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Operações com o pessoal	967,19	-
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Facturação a emitir	6.295,92	-
Outros Devedores	3.544,03	4.167,82
Fornecedores (saldos devedores)	2.407,43	-
	13.214,57	4.167,82

A rubrica de Devedores por Acréscimo de Rendimentos inclui o valor das contraordenações, referentes a dezembro, a receber da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Outras dívidas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte decomposição:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Corrente		
Fornecedores de investimentos	23.707,27	-
Credores por acréscimos de gastos	132.330,04	111.870,93
Outros Credores	103.008,49	65.774,04
	259.045,80	177.644,97

A rubrica de Credores por Acréscimos de Gastos, no período findo em 31/12/2016, inclui o valor das remunerações a pagar ao pessoal relativo a férias e subsídio de férias.

Na rubrica de Outros Credores consta, essencialmente, a percentagem de valor de coimas cobradas pela empresa a entregar às entidades ANSR (10%) e AT (35%), no valor total de 70 859,01€.

A rubrica Outros Credores inclui, ainda, valores que se relacionam com subsídios ao investimento – passivos por impostos diferidos, representando o valor de 19 995,79€ por via das depreciações de investimentos financiados em anos anteriores pelo Município de Almada.

10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como se segue:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Diferimentos (Ativo)		
Seguros pagos antecipadamente	10.883,95	8.856,54
Assistência técnica	5.481,17	5.296,25
Outros gastos a reconhecer	4.668,12	5.724,74
	21.033,24	19.877,53
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	14.324,72	12.123,82
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	14.324,72	12.123,82

A rubrica Outros Gastos a Reconhecer inclui: o pagamento da renda do parque de Viaturas em Fim de Vida (VFV's) sito na Cova da Piedade, referente ao mês de janeiro de 2017 e gastos de serviços de vigilância entre outros.

A rubrica Rendimentos a Reconhecer, no período findo em 31/12/2016, inclui essencialmente o valor pago pelos utentes dos parques de estacionamento, que ainda se encontra por reconhecer como Rendimento.

11. Instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2016 o capital da empresa estava totalmente subscrito e realizado pela pessoa coletiva Câmara Municipal de Almada detentora de 100% do capital no montante de 250 000,00€.

Os estatutos da Ecalma estabelecem na alínea a) do artigo 29º, que, no mínimo, 10% do resultado anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos ou incorporadas no capital.

Nos períodos de 2016 e 2015, o capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Capital subscrito	250.000,00	250.000,00
Reservas Legais	859,40	345,86
Outras reservas	5.407,20	5.407,20
Resultados transitados	1.876,68	(2.745,18)
Outros instrumentos no capital próprio	69.072,31	118.940,51
Resultado líquido do exercício	584,86	5.135,40
	327.800,45	377.083,79

Na reunião da Câmara Municipal de Almada, realizada em 20 de Abril de 2016 foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse período fosse aplicado da seguinte forma: 10% para Reservas Legais e o restante para Resultados Transitados.

Ao abrigo do artigo 40º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira por parte da Câmara Municipal de Almada, com vista a equilibrar os resultados do período em causa.

Na rubrica “Outros instrumentos no capital próprio” estão incluídos valores que se relacionam com subsídios ao investimento – passivos por impostos diferidos. Representando o valor de 19 995,79€ e 41 096,34€, nos períodos de 2016 e de 2015, respetivamente, redução justificada por via das depreciações de investimentos financiados em anos anteriores pelo Município de Almada.

12. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte decomposição:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Fornecedores, Conta Corrente		
Saldos não vencidos	25.355,86	25.569,97
Saldos vencidos (31-60 dias)	27.238,72	448,67
	52.594,58	26.018,64

13. Rédito

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os movimentos ocorridos nas rubricas de Vendas e Prestações de Serviços, foram os seguintes:

	31.dez.2016	31.dez.2015
	Valor reconhecido	Valor reconhecido
Venda de bens	36.269,49	50 306,24
Veiculos em fim de vida	36.269,49	48.522,84
Outras sucatas	-	1.783,40
Prestação de serviços	1.368.190,90	1.258.039,97
Parquímetros/Parques	949.590,12	842.705,87
Fiscalização	416.412,97	413.028,39
Flexibus	2.187,81	2.305,71
	1.404.460,39	1.308.346,21
Juros credores	63,06	24,18

14. Subsídios

A rubrica de subsídios é detalhada da seguinte forma:

	BALANÇO		DEMONSTRAÇÃO de RESULTADOS			
	Capital Próprio		Imputação de subsídios para investimentos		Subsídios à exploração	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Subsídios relacionados com activos	69.072,31	118.940,51	64.048,16	72.434,61		
Subs P/ Investimentos	69.072,31	118.940,51	64.048,16	72.434,61		
Subsídios à exploração					297.000,00	297.000,00
Parques CMA					155.000,00	155.000,00
Flexibus					62.000,00	62.000,00
Residentes					80.000,00	80.000,00
	69.072,31	118.940,51	64.048,16	72.434,61	297.000,00	297.000,00

15. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi o seguinte:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Serviços especializados	172.917,02	146.719,87
Trabalhos especializados	102.124,44	84.408,32
Publicidade e propaganda	4.686,50	166,00
Vigilância e segurança	5.796,27	2.507,23
Honorários	30.232,00	34.087,00
Conservação e reparação	15.857,52	14.329,89
Serviços bancários	11.611,76	9.118,84
Outros	2.608,53	2.102,59
Materiais	32.823,27	29.806,81
Ferramentas e utensílios	15.526,50	12.304,22
Livros e documentação técnica	261,04	207,13
Material de escritório	12.636,88	13.547,58
Artigos para oferta	1.756,57	1.044,78
Cartões parques	2.156,28	1.875,10
Cartões titulos transporte . Flexibus	486,00	243,00
Outros		585,00
Energia e fluidos	63.684,62	66.523,32
Eletricidade	49.649,93	50.837,26
Combustíveis	11.204,86	11.563,50
Água	2.829,83	4.122,56
Deslocações, estadas e transportes	570,28	1.421,35
Serviços diversos	143.609,96	168.957,08
Rendas e alugueres	34.763,22	47.209,02
Comunicação	79.711,43	90.612,37
Seguros	11.184,12	11.978,68
Contencioso e notariado	12.590,40	14.514,10
Despesas de representação	447,40	238,75
Limpeza, higiene e conforto	4.913,39	4.404,16
	413.605,15	413.428,43

16. Gastos com o pessoal

A rubrica “Gastos com pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, teve a seguinte decomposição:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Remunerações Órgãos Sociais	36.825,24	39.598,24
Remunerações do pessoal	913.591,19	871.473,82
Encargos sobre Remunerações	204.480,13	195.272,87
Seguro Acidentes Trabalho	8.488,42	8.272,93
Outros gastos com Pessoal	69.084,82	30.077,62
	1.232.469,80	1.144.695,48

	31.dez.2016	31.dez.2015
Benefício de curto prazo (*)	1.219.779,48	1.130.951,41
Outros benefícios (**)	12.690,32	13.744,07
	1.232.469,80	1.144.695,48

(*) inclui remunerações Órgãos Sociais e Pessoal, encargos, gastos ação social, fardamento, formação, serviços SHST, SNS

(**) Seguro de vida e saúde

Os benefícios dos empregados reconhecidos na demonstração de resultados são exclusivamente de curto prazo.

A ECALMA, no exercício de 2016, aumentou o seu quadro de pessoal com novas contratações (Agentes de estacionamento e Auxiliares de serviços administrativos de fiscalização). Consequentemente, gerou um aumento das remunerações do pessoal e encargos.

Procedeu-se, ainda, aumento na estimativa de férias e subsídio de férias.

O número médio de trabalhadores ativos e/ou ao serviço no exercício de 2016 foi de 81 e em 2015 foi de 71.

17. Outros rendimentos e outros gastos

A rubrica “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, teve a seguinte decomposição:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Descontos pp obtidos	268,78	-
Outros rendimentos	73.630,79	75.972,82
Correções relativas a períodos anteriores	8.537,67	3.480,40
Imputação de subsídios p/ investimentos	64.048,16	72.434,61
Outros rendimentos	1.044,96	57,81
	73.899,57	75.972,82

Na rubrica “Outros rendimentos” estão incluídos, essencialmente, valores que se relacionam com imputação de subsídios para investimento no valor de 64 048,16€ e 72 434,61€, nos períodos de 2016 e de 2015, respetivamente, por via das depreciações de investimentos financiados em anos anteriores pelo Município de Almada.

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram como segue:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Impostos	679,67	849,89
Outros gastos	11.164,82	12.073,55
Correções relativas a períodos anteriores	6.639,75	7.073,78
Outros gastos	4.525,07	4.999,77
	11.844,49	12.923,44

Na rubrica “Outros gastos” estão incluídos valores de comissões, multas, coimas e outras despesas.

18. Gastos de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como se segue:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Ativos Fixos Tangíveis		
Edifícios e outras construções	14.077,42	23 174,04
Equipamento básico	82.883,04	63 916,92
Equipamento de transporte	2.446,08	3 042,61
Equipamento administrativo	14.721,32	10 782,63
Outros ativos fixos tangíveis	990,20	1 348,59
Activos Fixos Intangíveis		
Programa de computador	262,87	-
	115.380,93	102 264,79

19. Imposto sobre o rendimento

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a reconciliação entre a taxa de Imposto sobre o Rendimento e a taxa efetiva de imposto, foi a seguinte:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Imposto corrente	1.537,79	2.895,67
Reconciliação da Taxa Efetiva de Impostos		
	31.dez.2016	31.dez.2015
Resultados Antes de Impostos	2.122,65	8.031,07
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	1.170,81	1.530,80
Multas, coimas, juros compensatórios	1.213,21	896,08
Outros acréscimos ao rendimento tributável	1.931,24	2.351,62
Restituição imp. não dedutíveis/excesso de estimativa para imp.	-	-
Lucro Tributável	6.437,91	12.809,57
Reporte de prejuízos fiscais	4.506,54	8.966,70
Matéria Coletável	1.931,37	3.842,87
Impostos à taxa em vigor	405,59	807,00
Tributação Autónoma	1.806,85	1.902,93
Derrama	93,35	185,74
Outros	768,00	-
IRC estimado para o exercício	1.537,79	2.895,67

20. Partes relacionadas

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

A Remuneração do Pessoal Chave da Gestão em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foi a seguinte:

	31.dez.2016	31.dez.2015
Conselho de Administração (*)		
Remunerações	36.825,24	39.598,24
Encargos	8.554,36	9.193,55
	45.379,60	48.791,79

(*) verba relevada e Gastos com Pessoal. O Conselho de Administração é constituído por três elementos sendo, apenas, um deles remunerado.

No exercício de 2016, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas – Câmara Municipal de Almada, detentora da totalidade do capital social – respeitam, essencialmente, à atividade operacional. As transações mais significativas efetuadas com esta entidade referem-se a Subsídios à Exploração.

Relativamente aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, as transações realizadas referem-se a consumos de água nos Parques de Estacionamento.

Transações	31.dez.2016	31.dez.2015
SMAS		
. Abastecimento de Água	2.829,83	2.754,31
Câmara Municipal de Almada		
. Subsidios à Exploração	297.000,00	297.000,00
. Venda de titulos Flexibus	831,00	465,00
. Venda de titulos parquímetros (Raspadinhas)	425,00	0,00
. Aferição metrológica parquímetros	1.350,72	1.004,24
. Inspeção de elevadores parques estacionamento	439,16	258,34
. Desconto para ACSS/SNS	25.293,60	0,00
. Festival "Sol da Caparica"	4.240,00	5.570,00
Saldos		
SMAS		
. Abastecimento de Água	184,76	205,01
Câmara Municipal de Almada		
. Subsidios à Exploração	0,00	0,00
. Venda de titulos Flexibus	78,00	87,00
. Aferição controlo metrológico parquímetros	(47,81)	0,00
	30,19	87,00

Refira-se, ainda, que a ECALMA é detentora de 0.38% (997,60€) de participação no património associativo nominal da AGENEAL – Agência Municipal de Energia de Almada.

21. Acontecimentos após a data do balanço

Na presente data, o Conselho de Administração da ECALMA não tem conhecimento de quaisquer fatos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2016 que justifiquem ajustamentos ou divulgações nestas demonstrações financeiras.

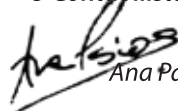
22. Proposta de aplicação de resultados

No exercício de 2016 apurou-se o Resultado Líquido de 584,86 euros, propondo-se que seja transferido na sua totalidade, para a conta de reservas legais.

23. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de Fevereiro de 2017, sendo posteriormente remetidas ao Município de Almada para aprovação.

O Contabilista Certificado


Ana Páscoa

A Administração


Rui Jorge Martins
(Presidente do Conselho de Administração)


Fernanda Gaspar
(Vogal Executiva do Conselho de Administração)



JORGE MACEDO • NUNO BORGES • SÉRGIO TORMENTA

AUDIT / TAX / CONSULTING / OUTSOURCING

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ECALMA – EMPRESA MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO E CIRCULAÇÃO DE ALMADA, E.M., S.A.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 700.432,82 Euros e um total de capital próprio de 327.800,45 Euros, incluindo um resultado líquido de 584,86 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ECALMA – EMPRESA MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO E CIRCULAÇÃO DE ALMADA, E.M., S.A.** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a Opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



JORGE MACEDO • NUNO BORGES • SÉRGIO TORMENTA

AUDIT / TAX / CONSULTING / OUTSOURCING

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude e erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compensação do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material

Página 2 de 3



JORGE MACEDO • NUNO BORGES • SÉRGIO TORMENTA

AUDIT / TAX / CONSULTING / OUTSOURCING

relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 24 de fevereiro de 2017

JORGE MACEDO & NUNO BORGES, SROC, LDA

Representada por:

Nuno Miguel Borges Alves Pereira



JORGE MACEDO • NUNO BORGES • SÉRGIO TORMENTA

AUDIT / TAX / CONSULTING / OUTSOURCING

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas de **ECALMA – EMPRESA MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO E CIRCULAÇÃO DE ALMADA, E.M., S.A.**, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade da Administração.

Através de reuniões com a Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informamo-nos acerca da atividade da Entidade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do ano findo em 31 de dezembro de 2016, efetuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos da observância e do cumprimento da lei dos atos da Administração da Entidade e procedemos à verificação periódica, com a profundidade julgada oportuna, dos livros, registos contabilísticos e da documentação que lhe serviu de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Entidade conduzem a uma correta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Foi ainda emitido o relatório sobre a situação económica e financeira da Entidade, com referência a 30 de junho de 2016 e o parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para 2017, em conformidade com o disposto nas alíneas h) e j) do n.º 6º, do artigo 25º da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2016, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa para o ano findo naquela data e o anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório de gestão do exercício de 2016 preparado pela Administração e da proposta de aplicação de resultados nele expressa. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas nem ênfases.

Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras anexas e o relatório de gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar à Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 24 de fevereiro de 2017

JORGE MACEDO & NUNO BORGES, SROC, LDA

Representada por Nuno Miguel Borges Alves Pereira

Página 1 de 1